

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
VOLUME DE RECURSOS	<ul style="list-style-type: none">• Do aporte nacional, garantir para o RS no mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos para financiamento agropecuário de forma oportuna, tempestiva e suficiente.• Aumentar os limites das exigibilidades sobre os depósitos a vista e poupança rural para disponibilizar maior quantidade de recursos, em razão da retração do financiamento privado (tradings).• Criar mecanismos de acompanhamento e fiscalização das aplicações dos recursos no crédito rural, estabelecidos por lei.
TAXA DE JUROS	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir os juros atuais praticados tanto na modalidade de custeios como de investimentos, limitado a 20% acima das taxas praticadas nas linhas do PRONAF.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
ACESSO AO CRÉDITO	<ul style="list-style-type: none">• Reavaliar a análise de risco com vista a mudar os critérios da Resolução 2682, visando a inclusão de mais produtores ao crédito.• Que o uso dos benefícios da lei 11.775 não seja restritivo ao acesso de crédito tanto de custeio como de investimento.• Criar um canal de comunicação direta com o MAPA para que o produtor apto possa denunciar dificuldades enfrentadas junto ao agente financeiro quando solicitado o crédito e não atendido.• No caso específico do arroz, regulamentar definitivamente a flexibilização dos limites de crédito unificando o somatório dos limites de custeio e comercialização.• Viabilizar amparo político e financeiro específico ao cooperativismo pelo Governo Federal, desde que esteja integrado horizontal e verticalmente como sistema e por atividade econômica;• Desburocratizar a tomada dos recursos, promovendo a revisão e flexibilização das garantias, bem como agilidade na liberação dessas;• Elevação dos tetos e liberação por mutuário.• Urgente liberação e agilização das linhas de financiamento às cooperativas (PRODECOOP).
CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO	<ul style="list-style-type: none">• Liberação de pré-custeio para compra antecipada de insumos.• Possibilitar o financiamento, independente de cultura, a um valor compatível com o custo de produção.• Penhor de safra como garantia única para liberação do custeio na proporção de um por um.• Eliminar a exigência de reciprocidade na concessão do crédito e garantir financiamento 100% de recursos controlados (sem mix).• Criar um crédito rotativo automático obedecendo aos limites de cada cultura.• Ampliar os limites das culturas em torno de 30%.• Modificar os prazos para início de pagamento de custeio alongado a partir de 90 dias após término da colheita.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
CRÉDITO RURAL DE COMERCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Readequar a legislação dos preços mínimos (PGPM) objetivando que os preços mínimos sejam compatíveis ao custo total de produção.• Garantir aporte para comercialização quando os preços de mercado forem menores que os preços mínimos esses por ocasião da comercialização.• Elevar em até 20% o aporte de recursos para política de regulação e intervenção do Governo Federal.• Penhor de safra como garantia única para liberação do crédito de comercialização na proporção de um por um.• Desburocratizar o credenciamento dos armazéns, desvinculando de pendências fiscais.
PROGRAMAS DE INVESTIMENTO	<ul style="list-style-type: none">• Redução nos juros atuais praticados nos investimentos, limitado a 20% acima das taxas praticadas nas linhas do PRONAF.• Que o uso dos benefícios da lei 11.775 não seja restritivo ao acesso de crédito de investimento.• No Moderinfra e no Prodecoop, aos investimentos específicos para armazenagem ampliar o prazo de carência de 3 para 5 e também o período para arnotização de 8 para 15, destinados a produtores, cooperativas e associações de produtores.• Estabelecer linha de crédito na modalidade de investimento com o objetivo de financiar importação de matéria prima básica (insumos agropecuários) para reduzir custos.
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none">• Criar Fundo Constitucional específico para as regiões das Missões e Metade Sul.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
SEGURO RURAL	<ul style="list-style-type: none">• Adequar a metodologia do IBGE considerando uma estratificação conforme os níveis tecnológicos aplicados (baixo, médio e alto).• Aumentar o limite de cobertura de cada cultura garantindo o mínimo de 100% do custo de produção, por hectare.• Validar para a cultura do arroz irrigado do RS o seguro do IRGA, segundo legislação em vigor (decreto 25.665 de 11/06/77 e decreto 35.372 de 05/07/94).• Garantir aos produtores livre escolha da seguradora para contratação do seguro.• Ampliar os eventos amparados, no mesmo molde do Proagro.
PROAGRO	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar limites de cobertura por mutuário e por safra.• Agilizar a apreciação dos processos pendentes em análise.• Estender o enquadramento aos recursos próprios.• Revogar portaria 3.544 de 28/02/08 que alterou o incentivo para o plantio direto (reduziu o limite de cobertura de 100 para 70%, 80%, 90% ou 100%).
POLÍTICAS POR CULTURAS	<ul style="list-style-type: none">• Trigo – corrigir preços mínimos no plano 09/10 mantendo o mesmo índice de reajuste de acordo com a atual classificação linear (brando, pão e melhorador), levando em consideração o custo de produção.• Arroz e Trigo – retomar o EGF COV (com opção de venda).• Arroz, Trigo e Milho - criar o PREÇO META, que possibilita alcançar ao produtor o valor do custo de produção, sem necessidade do governo formar estoques reguladores, remunerando a diferença entre o custo de produção e o valor de mercado, através das bolsas de mercadorias.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
POLÍTICAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento de todos os instrumentos de apoio e comercialização da safra (PEP, contratos de opções, LEC, EGF, AGF, CPR entre outros).• Aumento da dotação orçamentária para apoiar a comercialização da safra.• Realização, pelo governo, de leilões de equalização de preço antes do plantio de forma a garantir a comercialização da safra.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA	<ul style="list-style-type: none">• Definição imediata do zoneamento para a cultura da cana no RS.• Renovar o zoneamento para a soja do RS nos termos da safra anterior.
AGRICULTURA FAMILIAR	<ul style="list-style-type: none">• Criar um programa voltado para a juventude rural.• Aumentar o aporte de recursos para assistência técnica e extensão rural.• Criar um Fundo de Apoio de Manutenção de Jovens Empreendedores no Meio Rural.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/10

RIO GRANDE DO SUL

TEMAS	PROPOSTAS / REAIS NECESSIDADES
MEDIDAS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none">• Equalizar os preços dos agroquímicos para todo o território nacional, igualando-os ao preço praticado no Centro-Oeste do Brasil, que é aproximadamente 30% menor do o praticado no Rio Grande do Sul.• Estimular a constituição de cooperativa de seguro rural.• Estabelecer uma política de redução dos tributos sobre insumos.• Reduzir o preço do óleo diesel para todas as atividades agrícolas e pecuárias (este item se constitui no segundo maior custo de produção);• Política Ambiental - Revogar o Dec. nº 6.514, de 22.07.2008 e o Dec. nº 6.686, de 10.12.2008.• Revisar o Código Florestal;• Reduzir a carga tributária de todos os produtos da cesta básica.• Aportar mais recursos à habitação rural.• Incrementar o Programa de Irrigação nas propriedades rurais, com a eliminação de impostos sobre equipamentos de irrigação.• Registro e liberação para comercialização dos agroquímicos genéricos como forma de redução de custo aos produtores.• Adoção de políticas de apoio à infraestrutura e logística.• Revisão tributária incidente sobre as cadeias produtivas.• Medidas de proteção contra a entrada de produtos de concorrência duvidosa, obedecendo-se a lei agrícola.• Avaliação fitossanitária dos produtores agrícolas e pecuários importados.• Apoio ao ensino técnico e profissionalizante no meio rural.• Revisar a legislação dos fertilizantes quanto à tolerância e concentração das formulações, com aumento das penalidades.• Criar mecanismos de aproveitamento do crédito tributário ao produtor referente aos insumos.